



- NÃO AS TERRAS INCULTAS.
- NÃO AS TERRAS MAL APROVEITADAS.
- NÃO AOS LATIFUNDIOS.
- SIM, AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DE TRABALHADORES DO CAMPO.
- PAGAMENTO AO MÊS. ASSISTÊNCIA MÉDICA. REFORMA POR VELHICE E POR DOENÇA. HOSPITALIZAÇÃO. MEDICAMENTOS A PREÇOS ACESSÍVEIS. FÉRIAS. IGUALDADE DE SALÁRIOS E GARANTIAS NO CAMPO E NA CIDADE.
- ESCOLAS PARA TODOS.
- PREPARAÇÃO ESCOLAR CONFORME AS APTIDÕES DE CADA UM, INDEPENDENTEMENTE DA CATEGORIA E CONDIÇÃO SOCIAL DOS PAIS.

Queremos
a reforma
agrária

A REFORMA AGRÁRIA UMA NECESSIDADE URGENTE

O homem vive essencialmente dos produtos da terra. Tem, assim, imperiosa necessidade de imprimir à agricultura o maior desenvolvimento possível.

Mas este desenvolvimento deve processar-se ao mesmo tempo que se processe uma maior justiça social.

Uma reforma agrária deve ter como objectivos acabar com a exploração do homem pelo homem, e produzir pão para todos.

A reforma agrária em Portugal é uma necessidade urgente.

UM GRUPO DE TRABALHADORES

***queremos
a reforma
agrária***

CRARA — Av. Visconde Valmor, 34-2.º — Lisboa-1

SINDICATO DOS TRANSPORTES COLECTIVOS DE LISBOA
Calçada do Combro, 38-A, 2.º — Lisboa-2

1. A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA EM PORTUGAL DURANTE O FASCISMO

Portugal foi sempre entendido como um país pobre e assim o proclamaram aqueles que cuidaram da governação durante dezenas de anos, perpetuando uma lenda que serviria de anestésico a um povo, em grande parte, desconhecedor das possibilidades das suas terras e da sua força de trabalho.

Ausência completa de laboratórios, terras incultas, coutadas onde devia cultivar-se cereal, tudo isto numa desordem caótica através da qual apenas os grandes donos de terras poderiam viver. É assim que as estatísticas indicam que, de todos os que se dedicam à agricultura em Portugal, apenas 8 % tem vida desafogada; alguns destes têm injustos excedentes, como quem diz, muito mais do que precisam. Os outros 92 % são aqueles que arrastam uma vida deficitária, sempre inclinados à miséria, assalariados, pequenos e médios proprietários.

O PATRONATO AGRÍCOLA tem, no nosso país, fraca representação na estrutura da população activa, situando-se entre 4 % no distrito de Évora e 15,7 % no distrito de Braga, com uma média geral de 9,7 %.

Ao contrário, a percentagem dos ASSALARIADOS, indo de 26,7 % no distrito de Viana do Castelo a 89,5 % no de Évora, atinge a média geral de 59,7 %, localizando-se acima da média ainda nos distritos de Portalegre, Beja, Setúbal, Santarém, Castelo Branco, Lisboa e Faro.

Nos distritos cuja percentagem se localiza abaixo da média de 59,7 %, acima citada, abunda o MINIFUNDIO, propriedade de pequenos limites e possibilidades, da qual os seus donos mal podem viver mantendo uma existência caracterizada por um primitivismo que apenas a emigração dos últimos anos veio tornar menos doloroso. Estes números são relativos a 1950, impondo-se uma correcção.

A concentração da propriedade rural tem sido acentuada, facto do qual são profundamente denunciadores os números. Em 1950 existiam em Portugal 241 661 patrões, isto é, enti-

dades que contratavam outrem para o seu trabalho agrícola. Em 1970 esse número achava-se reduzido a 73 155, menos de 1/3.

No espaço de duas décadas 2/3 dos agricultores que exploravam as suas terras utilizando o trabalho diário desapareceram, tendo engrossado as colunas do operariado, ao mesmo tempo que as suas propriedades eram adquiridas por proprietários de maiores posses, formando, dessa forma, grandes unidades.

A este propósito poderá referir-se o relatório de uma inspecção administrativa ao município de Coruche, do distrito de Santarém, chefiada pelo Dr. Manuel Santos Lousada no qual se diz «o problema social do concelho é, actualmente, a acentuada concentração da propriedade». Silva Martins acrescenta os seguintes termos de comparação: «no concelho de Coruche, que tem a área de 1093 km² encontram-se inscritos na matriz predial rústica 3717 prédios; no concelho de Mealhada (distrito de Aveiro), com a área de 119 km² estão inscritos nessa matriz mais de 70 000 prédios». O Eng.º Araújo Correia anota também que o fenómeno da concentração da propriedade se deu em todos os distritos e nalguns casos, como o de Portalegre, havia em 1964 menos 14 691 prédios do que em 1936.

DIMENSÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA

As explorações agrícolas com menos de 1 ha, pertencem a 38,6 % dos proprietários agrícolas portugueses e ocupam apenas 2,5 % da superfície cultivada do País (por comodidade e maior facilidade de compreensão equiparamos explorações agrícolas a proprietários e rendeiros agrícolas, possuindo uma ou mais propriedades, como quem diz parcelas de terreno).

As propriedades, cuja área se situa entre 1 e 4 ha, pertencem a 38,7 % do número total de proprietários e ocupam 12,4 % da superfície cultivada.

As propriedades cuja área se localiza entre 4 e 50 ha pertencem a 20,9 % dos proprietários rurais e ocupam 33,7 % da mesma superfície.

Os proprietários cuja área de propriedade se localiza entre 50 e 200 ha representam somente 0,8 % dos proprietários rurais (não chegam, portanto, a 1 %) e ocupam, no entanto, 11,6 % da superfície cultivável.

Os proprietários com propriedades cuja área vai além de 20 ha são apenas 0,4 % (menos de metade de 1 %) dos proprietários rurais e detêm 39,6 % da superfície cultivável do País.

OS LATIFÚNDIOS

Encontram-se, principalmente ao sul do Tejo, enormes propriedades como a de Rio Frio que tem mais de 16 400 ha, a herdade da Comporta com 15 035 ha, a herdade de Palma com 17 000 ha, a herdade dos Machados com 6102 ha, a herdade do Zambujal com 3276 ha, a herdade do Pinheiro com 5266 ha, a da Coutada com 3000 ha, etc., etc. As herdades de Rio Frio, Comporta, Palma e outras têm dimensão igual ou maior do que os concelhos de Caminha, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Valença, Vila Nova de Cerveira, Amares, Braga, Porto, Murça, Lamego, Tabuaço, Fornos de Algodres, Belmonte, Vila de Rei, Ansião, etc.

O mais grave, porém, é que as grandes unidades encontradas principalmente ao Sul pertenciam a poucas entidades, sejam famílias, sociedades comerciais ou bancos.

Por vezes as mesmas entidades possuíam as maiores propriedades agrícolas ao sul do Tejo, mas, não se ficando por aí passaram a adquiri-las também ao Norte, desde que a sua extensão e rendimento fossem suficientes para concentrarem as suas ambições.

Por exemplo, a família Sommer (CHAMPALIMAUD), através dum grupo, no qual era a quase única interessada, além de bancos, companhias de cimentos, celulose, electricidade, Siderurgia e Metalúrgica, era possuidora, na Chamusca, da Quinta do Arripiado; em Coruche, da Herdade da Agoulada; no distrito de Lisboa a Quinta da Marinha; no distrito de Portalegre das Herdades de Font'Alva, tendo lançado os seus tentáculos para o Norte, onde possui, através da firma Robert Atkinson & C.ª, Lda., valiosas quintas no Alto Douro, com produção de vinho do Porto, distribuídas por vários concelhos, desde Mesão Frio a Peso da Régua e outros.

A CUF, que tinha como accionista principal a família Melo, era possuidora de numerosas herdades, através de várias companhias, nas quais figurava sempre como elemento predominante, herdades essas, além de outras, no concelho de Abrantes, a herdade de Parradas e Areias, a Quinta dos Telheiros, em Almeirim, a Quinta Solar da Riba Fria, em Cascais, Parque e Quinta da Gandarinha, em Loures, A herdade do Parau no distrito de Évora, etc., etc.

No domínio dos vinhos, A FAMÍLIA BORGES, com o seu grupo BORGES & IRMÃO detinha valiosas e extensas quintas no Alto Douro, no Minho, no distrito de Coimbra, em Vila Real, indo no Sul até aos distritos de Lisboa e Castelo

Branco, sem esquecer quintas nos de Bragança, Viseu e Guarda. São bem conhecidas as sociedades dos vinhos Borges & Irmão, a Sociedade Agrícola da Romaneira, a Sociedade Agrícola da Quinta de Sta. Maria, a Sociedade Agrícola da Quinta de São Miguel, a Sociedade Agrícola da Quinta de São Paulo. a sociedade O Lombo do Tejo, todas elas constituindo tentáculos do mesmo grupo Borges & Irmão que foi, em Portugal, um dos maiores concentradores da riqueza agrícola, além da comercial e industrial.

Em fins de 1972 surgiu a TORRALTA com 30 000 ha.

Não vamos pormenorizar estes dados nem sequer individualizá-los pela absoluta impossibilidade quanto ao espaço, bastando dizer que a concentração da propriedade agrícola se processava como toda a restante concentração capitalista em Portugal da qual são números significativos os seguintes: 53 % do capital de todas as sociedades comerciais portuguesas pertenceram apenas a 168 sociedades que representavam 0,4 % do seu total que era de 40 051. Isto em 1971.

Poderia dizer-se que a estrutura da propriedade agrícola em Portugal não seria tão condenável se essa mesma propriedade estivesse a desempenhar a sua função social de normal produção, servindo assim, embora com afastamento de qualquer princípio de equidade e de justiça social, de suporte a um melhor nível de vida da população portuguesa. Mas tal não aconteceu. Caiu-se num charco.

O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O CONSUMO DE ADUBOS

Vejamos pelas taxas de crescimento da produção agrícola referentes aos anos de 1952 a 1963 qual a posição de Portugal no confronto com os restantes principais países: Japão, 56,9 %; Jugoslávia, 56,4 %; Grécia, 54,8 %; Turquia, 39,7 %; Áustria, 37,9 %; Portugal, 9 %.

Não nos devemos admirar desta quase ausência de crescimento agrícola se considerarmos outros factores como o consumo de adubos químicos. Em 1963 e 1964 gastámos, por hectare, apenas uma média de 16 kg de adubos azotados, enquanto os Países Baixos gastavam 125,8 kg, a Bélgica 74,8 kg, a Alemanha 52,9 kg e a França 22,8 kg. Relativamente aos adubos fosfatados a proporção mantém-se. Gastámos 10 kg por hectare, enquanto a Bélgica gastava 70,1 kg, o Luxemburgo 45,7 kg e os Países Baixos, e a Alemanha 54,1 kg. Quanto aos potássicos, o consumo português foi de 4 kg por ha, a grande distância do consumo belga que foi de 110,7 kg, do alemão, 79,7 kg, do Luxemburgo, de 52,4 kg.

A ENERGIA UTILIZADA

Visto ainda o atraso da agricultura portuguesa pela espécie de **energia utilizada**, verifica-se que nas propriedades com área inferior a 1 hectare, 40,1 % dessa energia é ainda a humana, o que quer dizer que no trabalho aplicado em tais propriedades, o braçal é percentualmente mais elevado do que o do animal pois que este só é utilizado numa percentagem de 28,6 %. Nas propriedades de 1 a 4 ha já a força de trabalho humano é apenas de 18,5 %, enquanto a percentagem do trabalho animal sobe para 33,3 %.

O que realmente impressiona é a baixa percentagem média do **trabalho mecânico** no nosso país, a qual não excede 9,2 %.

OS RENDIMENTOS

Segundo os dados da O. C. D. E. referentes a 1972 (Études Économiques, Portugal) aproximadamente 78 % dos agricultores portugueses não conseguem mais de 2000\$00 por mês, líquidos e 19 %, tendo rendimentos líquidos superiores a 2000\$00, não atingem 10 000\$00.

Mas 0,5 % dos proprietários de latifúndios obtém para cima de 1200 contos anuais.

Pelo quadro seguinte ficamos completamente elucidados do rendimento das explorações agrícolas portuguesas.

RENDIMENTOS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Classes de área (ha)	% total das explorações agrícolas	Rendimento bruto (contos)
0,05 — 1	38, 6	0,3 — 6
1 — 4	38, 7	6 — 24
4 — 20	18, 8	24 — 120
20 — 50	2, 1	120 — 300
50 — 200	0, 8	300 — 1 200
200 — 500	0, 2	1 200 — 3 000
500 — 1000	0,09	3 000 — 6 000
1000 — 2500	0,05	6 000 — 15 000
mais de 2500	0,02	mais de 15 000

Fonte: I. N. E., ob. cit.

(Ob. citada, B. H. Fernandes)

Sem necessidade de grande explicação, se vê que há 9 proprietários em cada dez mil com o elevado rendimento de 3000 a 6000 contos; 5 em cada dez mil com rendimento de 6 a 15 000 contos; 2 em cada dez mil com mais de 15 000 contos. Estes últimos tendo propriedades com mais de 2500 ha.

OS SALÁRIOS

Impressionante é ainda que, deste rendimento bruto, apenas menos de 1/3 vá à mão dos trabalhadores em pagamento de salários, os quais têm vindo a representar percentagem cada vez menor do rendimento bruto. Assim de 1961 a 1968 os salários passaram de 29,6 % a 20,87 % do rendimento interno bruto, nas actividades em geral.

A INCULTURA DOS DONOS DA TERRA

Outro aspecto a destacar no panorama agrário português é o da falta de habilitações para o exercício da actividade agrícola por parte dos proprietários das terras.

Mesmo entre os latifundiários, com mais de 200 ha verificam-se 10 % de completamente analfabetos.

E apenas 1,6 % de tais latifundiários têm um curso secundário agrícola e 7,7 % outro curso secundário qualquer não agrícola. Com cursos médios ou superiores apenas 7,9 % de latifundiários com mais de 200 hectares os possuem. 9,4 % têm cursos médios ou superiores não agrícolas. Entre os detentores de propriedades menores de 50 a 200 ha surgem 22,9 % de analfabetos e apenas 1,9 % de proprietários com curso médio ou superior agrícola e 0,5 % com curso secundário agrícola, embora haja outros em percentagem de 5,2 % com curso superior e curso médio superior não agrícola e 5 % com curso secundário não agrícola. Entre estes a percentagem de analfabetos é de 2,9.

Entre os proprietários com áreas de 20 a 50 ha encontram-se 29,5 % de analfabetos, percentagem esta que vai subindo até ao menor dos minifúndios, com área inferior a 1 ha entre os quais se verifica a percentagem dos 46,2 de analfabetos.

A BAIXA PREPARAÇÃO TÉCNICA

Ao contrário do que se pensa, a agricultura exige ciência e técnica mais profundas do que várias outras activi-

dades do homem. A terra tem segredos e as plantas falam deles por uma linguagem que poucos entendem.

É certo que há analfabetos doutores e doutores analfabetos. Dos primeiros pode beneficiar a agricultura quando deles dependa o seu êxito, mas num planeamento moderno há que eliminar as probabilidades de erro por ignorância, devendo introduzir-se técnicas e processos que afastem tanto quanto possível o mau resultado.

Que poderemos esperar de uma agricultura entregue toda ela a percentagens tão elevadas de quem não sabe ler, de quem não pode receber por escrito a experiência dos outros, as lições dos que sabem dá-las?

É o analfabetismo e, além do analfabetismo, a **baixíssima preparação técnica** que mal se afasta do próprio analfabetismo, um dos elementos igualmente responsáveis pelo atraso da agricultura portuguesa, principalmente quando tal analfabetismo se verifica na pessoa daqueles que têm de conduzir os destinos de uma maior ou menor exploração agrícola.

É mais que evidente ter dado a classe dos latifundiários, como principal responsável pela agricultura portuguesa (apesar do apoio recebido durante o fascismo) as piores provas de idoneidade para a continuação no comando dos destinos do principal sector económico do nosso país — a agricultura.

Urge retirar-lhe tal comando e reformar inteiramente a estrutura agrária portuguesa.

Poderá dizer-se que os outros, aqueles que nunca foram latifundiários, não são menos analfabetos nem dispõem de melhores condições para a condução do sector agrícola.

Não é assim. A estes, aos que detiveram a propriedade e não são responsáveis pela sua estagnação, sobra-lhes a vontade de produzir mais e melhor e a isso são obrigados porque vivendo exclusivamente do trabalho da terra e não do suor alheio, desse trabalho tem de esperar a sua manutenção, a sua reforma na velhice, a sua hospitalização, assistência médica e medicamentosa na doença, o nível de vida igual ao dos outros seres humanos, com direito a férias que, por ora, nem reclamam, direito à cultura, ao desporto e a tudo o mais de que até agora têm sido cruelmente distanciados. E não é com as terras nas mãos dos latifundiários que todos estes objectivos, ou sequer alguns deles, poderão ser alcançados. Há que contratar técnicos, criar laboratórios de apoio à agricultura. Pôr a civilização moderna ao dispor dos trabalhadores que, organizados em cooperativas, melhor possam melhorar a terra.

A reforma agrária impõe-se.

2. A REFORMA AGRÁRIA E OS PROGRAMAS DE ALGUNS PARTIDOS POLITICOS

O essencial é saber que reforma agrária deve ser adoptada em Portugal, que objectivos deve alcançar. Vejamos antes de mais, os programas dos partidos que claramente a aconselham.

Na estratégia económica da via portuguesa para a construção do socialismo o programa do PARTIDO SOCIALISTA afirma que um esforço de desenvolvimento estará votado ao fracasso se não incluir uma reforma profunda das estruturas agrárias.

O Partido Socialista preconiza a criação imediata do INSTITUTO DA REFORMA AGRÁRIA e o estabelecimento de um programa escalonado da Reforma, visando a expropriação do latifúndio e a associação do tipo cooperativo das pequenas propriedades.

A Reforma deverá ser acompanhada de amplas medidas de apoio do Estado à actividade agrícola, no plano técnico e económico, bem como da garantia de preços remuneradores dos produtos agrícolas.

E segue ainda: «nas regiões de latifúndio o objectivo fundamental da Reforma Agrária será transferir a posse útil da terra para aqueles que a trabalham através da expropriação das propriedades agrícolas e da sua entrega ou a agricultores individuais ou a cooperativas de trabalhadores rurais».

Cooperativismo agrícola: no domínio do cooperativismo agrícola tomar-se-ão medidas no sentido de fomentar o seu desenvolvimento no quadro da pequena agricultura e como forma de exploração de grandes empresas agrícolas».

Mais adiante, sobre **crédito agrícola:** «o financiamento da produção agrícola atenderá às condições sociais, ecológicas e técnicas em que esta se realize, assegurando-lhes os créditos necessários, em condições de prazo e juros adequados às diferentes situações e tipos de investimento.

Para tanto será criada uma **caixa nacional de crédito rural** com uma estrutura descentralizada e funcionando essencialmente com base em planos de exploração aprovados e controlados pelos serviços do Instituto de Reforma Agrária.

E quanto aos **Sindicatos Rurais e Associações de Agricultores**: «às organizações de trabalhadores rurais e às associações de pequenos agricultores deverá caber um papel essencial na concretização de uma política agrária socialista e na execução da reforma agrária.

«Nesse sentido o Estado dará todo o apoio à criação dessas organizações, estimulando o poder criador das massas camponesas e a sua participação activa e consciente na transformação da sociedade portuguesa.»

«As organizações sindicais e as associações de pequenos agricultores deverão participar a todos os níveis — nacional, regional — nos organismos de decisão em matéria de política agrária.»

O programa do **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS** prevê, semelhantemente a «expropriação dos grandes latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, cujas dimensões para efeito de expropriação serão determinadas por lei, tendo em conta a natureza do terreno, os tipos de cultura, o valor do produto e o peso relativo das várias camadas do campesinato em cada região.

Em todos os outros casos, prevê o respeito pela propriedade privada da terra.

Prevê ainda a «entrega aos assalariados rurais e aos camponeses pobres, proprietários, rendeiros e parceiros das terras expropriadas. Divisão e distribuição, nuns casos, da terra para ser explorada individualmente ou em cooperativas e estabelecimento, noutros casos, da exploração directa pelo Estado, tendo em conta a vontade das massas camponesas».

Mais adiante, preconiza: «o auxílio do Estado aos pequenos agricultores, estimulando a formação e desenvolvimento de cooperativas agrícolas, concedendo créditos a juro módico, fornecendo máquinas em boas condições e sementes e gados melhorados, facilitando seguros e a aquisição e transporte de adubos, insecticidas e fungicidas, prestando assistência técnica e autorizando a instalação de indústrias subsidiárias para laborar os produtos agrícolas das próprias cooperativas».

É do sétimo congresso do Partido a proclamação: «**Requisição pelo Estado das terras incultas e sua entrega a formas de gestão pública, cooperativas ou explorações familiares.** Entrega dos baldios às populações respectivas para

estas decidirem do seu aproveitamento, tendo em conta a necessidade de defesa do património florestal.

Abolição dos foros. Abolição da parceria e sua conversão em regime de arrendamento. Revisão do regime de arrendamento. Aumento dos prazos; diminuição da renda. Renda fixa e contrato por escrito. Pagamento da renda em dinheiro; Abolição efectiva do subarrendamento; Indemnização ao rendeiro pelos investimentos efectuados.

Apoio aos pequenos e médios agricultores. Créditos.

Reexame de bonificações e subsídios. Seguros. **Assistência técnica.** Apoio e ajuda para a formação e reorganização de cooperativas. Nova política de preços. Estudo de preços diferenciados em escala regressiva; (o trigo, o vinho) **preços garantidos do leite, carne, e outros produtos.** **Reestruturação e simplificação dos circuitos comerciais** de forma a que o melhor preço pago ao produto não onere o consumidor. **Apoio para a baixa dos custos de produção.** **Melhoramento dos produtos.** Rigoroso controlo da proibição do fabrico do «vinho a martelo». Subordinação das importações de produtos agrícolas aos interesses da lavoura portuguesa (batata, carne e outros).

Reorganização dos serviços do Estado. Coordenação das decisões centralizadas da política agrária geral com a descentralização das decisões regionais e sectoriais. Liquidação da organização corporativa da lavoura com trânsito para o Estado de funções para-estatais úteis e destino de bens para cooperativas e outras associações de agricultores.

Fomento agrícola, pecuário e florestal.

Facilidades para aquisição de máquinas, sementes, adubos e pesticidas. Reorganização do comércio de máquinas. **Parques do Estado e de Cooperativas.** Instalações (adegas, silos, câmaras frigoríficas, etc.) ao serviço dos produtores em geral.

Os restantes partidos da franja da esquerda, a maioria hoje integrados na **FRENTE UNITÁRIA REVOLUCIONÁRIA** apoiam uma Reforma Agrária cujas linhas fundamentais consistem na extinção dos latifúndios e entrega das terras aos trabalhadores rurais através de cooperativas, que, com possibilidade de melhor técnica, imprimam maior desenvolvimento agrícola às respectivas regiões. Relativamente aos pequenos e médios proprietários, todos eles na generalidade preconizam medidas de auxílio e cooperativização, devendo a atenção estatal concentrar-se na agricultura, já que além de ser fulcral e o sector mais importante da actividade económica portuguesa é o meio de, através de um imediato desenvolvimento, se libertar o país da depen-

dência dos países estrangeiros dos quais importamos grande parte dos nossos produtos alimentares.

Os partidos ficam a dever à credibilidade geral, a todos quantos neles confiaram e neles votaram, o máximo das diligências no sentido da realização do Programa da Reforma Agrária que anunciaram. Seria traição aos seus fundamentos programáticos, à classe trabalhadora e ao país em geral, qualquer abstenção de colaboração na Reforma Agrária Portuguesa que tem como base a **extinção dos latifúndios, a criação de cooperativas em sua substituição e a cooperativização da pequena e média propriedade**, em absoluta aliança com os Sindicatos agrícolas. Tudo isto há-de ser feito em homenagem à luta de classes pelos mesmos partidos defendida, luta essa que não pode ser senão contra a burguesia latifundiária que até ao presente tem sido a exploradora da força do trabalho rural.

O Primeiro-Ministro e o Presidente da República defendem, apoiam e pretendem o socialismo em Portugal, pondo-se fim à exploração do homem pelo homem.

Qualquer que seja o sentido atribuído a estas palavras e expressões, não poderá deixar de entender-se que na sua base se contém uma profunda reforma agrária, com extinção dos latifúndios, criação de cooperativas de trabalhadores e de pequenos e médios proprietários, estruturando-se diferentemente as actualmente existentes que devem ser imediatamente multiplicadas por forma a fazer-se uma cobertura cooperativista ao nível nacional. Isto no que respeita à agricultura e, portanto, à Reforma Agrária de que nos ocupamos. Assim com divergência da extrema direita e com afastamento da linha programática de outros que à direita passaram a alinhar, a Reforma Agrária corresponde às directrizes fundamentais dos partidos em que está integrada a grande massa populacional portuguesa. O Governo, segundo as declarações até hoje feitas e que honrará, não pode negar o maior apoio à Reforma Agrária, segundo a pretendem os trabalhadores dos campos portugueses, os quais lhe deram início por forma apartidária e para além de qualquer acção de agrupamento político ou directriz política, mas apenas como forma de luta pelos interesses da sua classe que iniludivelmente terão de ser contrários aos interesses da classe historicamente detentora e exploradora das terras e do dinheiro.

3. ALGUMAS REFORMAS AGRÁRIAS NO ESTRANGEIRO

Porque deve ser colhida a experiência alheia cujas lições podem ser utilíssimas e porque nada neste mundo é isolado, no tempo em que se caminha a velocidades supersónicas, passemos em revista algumas das reformas agrárias inseridas na via socialista de outros países.

Em CUBA, a **Reforma Agrária**, como não podia deixar de ser, foi a pedra angular da revolução.

Mais de um milhão trezentos e quarenta mil hectares de terra própria para agricultura estavam incultos ao mesmo tempo que caíam no desemprego total mais de 360 000 pessoas e no desemprego parcial aproximadamente 370 000.

Estes números, já de si bastante significativos, aumentavam nas épocas de tempo morto dado que a agricultura cubana estava sujeita fundamentalmente às safras açucareiras.

Quando a **cultura do açúcar** exigia menos mão-de-obra, o desemprego atingia 457 000 pessoas, como aconteceu nos meses de Agosto a Outubro dos anos de 1956 e 1957.

Ao mesmo tempo, em qualquer destes dois anos se gastavam aproximadamente 2 000 000 de dólares em importação de produtos alimentares que o solo cubano era apto para produzir: arroz, hortaliças, aves, ovos, carne, etc.

Em 1961, foram cultivados em 8 meses 308 000 ha de terras incultas que faziam parte dos latifúndios expropriados. Além de se ter extinguido o desemprego, começava a notar-se falta de mão-de-obra na agricultura.

A **produção açucareira** aumentou antes de qualquer outra e tal facto veio trazer problemas na exportação, dado que Cuba estava inteiramente subordinada, do ponto de vista comercial, aos Estados Unidos e este país deixou de comprar o açúcar a Cuba. E não só relativamente ao açúcar, mas a todos os produtos cubanos; os Estados Unidos representavam 80 % dos seus compradores estran-

geiros. Também eram os Estados Unidos que exportavam para Cuba todos os produtos de que Cuba precisava.

O problema, todavia, acabou por ter resolução, através da conquista de novos mercados para os produtos cubanos, principalmente entre os países socialistas e, à cabeça de todos, a URSS que passou a ser consumidora do seu açúcar, sendo resolvido internamente o problema dos produtos importados para alimentação humana, os quais passaram a ser produzidos directamente no país.

PRODUÇÃO DE DERIVADOS DO LEITE

Em 1957 (antes da revolução socialista-)		Em 1965
Leite em pó	232 000 quilos	1 360 000 quilos
Leite condensado	33 200 toneladas	44 000 toneladas
Leite vaporizado	6 250 »	12 600 »
Yogurte	—	8 200 »
Gelados	2 100 galões	3 500 000 galeões

PRODUÇÃO DE LEITE

Sector estatal		Sector privado
1963	60 300 000 Litros	157 000 toneladas
1964	133 400 000 »	90 500 »
1965	148 900 000 »	85 300 »
1966	235 900 000 »	93 600 »

Convém esclarecer que, em 1961 a propriedade privada do solo agrícola era a seguinte: de cerca de 70 ha havia 154 703 proprietários. De 70 a 140 ha 6062; de 140 ha a 280 ha, 3105; de 240 ha a 420 ha, 1456; com mais de 420 ha 592 proprietários. Mas as granjas de El Pueblo foram tomando cada vez maior vulto e verificou-se mais assimilação do sector privado.

PRODUÇÃO DE OVOS

1962 — 174 600 000 ovos
1966 — 1 020 000 000 ovos (5 vezes mais)

PECUÁRIA

1963 — 75 600 vacas inseminadas
1964 — 106 000 » »
1965 — 170 700 » »
1966 — 970 200 » »

ALIMENTAÇÃO DO GADO

1964 — 360 000 (toneladas de feno entradas em armazém)
1965 — 777 700 » » » » » »
1966 — 1 168 000 » » » » » »

Para tudo isto foi necessário planear e desenvolver energeticamente no sector estatal, os **pastos artificiais**.

Em 1963 foram semeados 64 300 ha de pastos.

Em 1964 a área semeada passou a 175 700 ha.

De 1964 a 1966 deu-se uma baixa de área semeada de pastos artificiais em virtude de os tradicionais serem exclusivamente gramíneos, havendo necessidade de convertê-los em leguminosos muito mais ricos em proteínas. Assim foi que, a partir de 1964, depois de várias experiências de aproveitamentos das leguminosas naturais, se chegou aos 260 000 ha de forragens.

Falando em termos comparativos poderá dizer-se que Cuba, em 1963, produzia mais carne do que a Dinamarca, a Suíça, a Áustria, a Bélgica, a Nova Zelândia, aproximando-se da Polónia e da Itália. No entanto a população cubana não chega aos 8 000 000.

CONSUMO DE FERTILIZANTES (na cana de açúcar)

1956 — 100 230 toneladas
1966 — 336 000 »
1967 — 507 200 »
1968 — 611 000 »

Triplicou-se a **cultura do café** e desenvolveu-se a do **algodão** que antes da revolução estava a ser cultivado, a título experimental, numa área que não excedia 400 ha.

Mas logo a seguir a 1969 essa área subiu para 26 000 hectares, suprimindo as necessidades do mercado, já que a importação de tal produto se dificultava cada vez mais pela falta de divisas, dado o bloqueio internacional contra Cuba.

Intensificou-se o aproveitamento de subprodutos.

Assim o mel de cana, que em 1964 era aproveitado apenas em 175 100 toneladas, passou a sê-lo em 353 400, em 1966, dois anos depois.

O desenvolvimento de Cuba, no campo agrário foi notabilíssimo, no entanto houve que suportar, por vários anos, um **severo racionamento** do qual damos algumas notícias:

Em Havana, por exemplo, uma família de cinco pessoas não poderia receber mais do que 7400 kgs de carne limpa, portanto, desassada, por mês. Nas zonas rurais, atendendo à maior facilidade no abastecimento directo e que muitos têm, eles próprios, animais de carne para consumo, o racionamento era um pouco mais apertado. A mesma família tinha apenas 6,900 kgs de arroz pelo mesmo período. Já no que diz respeito ao leite, se entendeu dever proteger-se, antes de mais, as crianças e os velhos pelo que lhes era garantida uma dose considerada necessária, enquanto para os outros a ração era menor. Todavia, eram de mercado livre o pão, os ovos, o açúcar, hortaliças e diversos produtos menos significativos na alimentação humana.

Vejamos seguidamente um outro caso de reforma agrária no Extremo Oriente, em condições de bastante primitivismo rural: o **VIETNAME DO NORTE**. Os meios técnicos eram exíguos e a cultura do povo mínima.

A pequena e média propriedades foram mantidas e até incentivadas. Dividiram-se as terras dos colonos e dos colaboracionistas com o estrangeiro e com o fascismo, divisão essa que permitiu que 2 000 000 famílias de camponeses fossem contempladas, proporcionando-se melhor nível de vida, em consequência, a cerca de 8 300 000 pessoas.

Depois de atacado várias vezes pelas forças capitalistas japonesas, francesas e americanas, embora sempre vitorioso, não dispunha o Vietname do Norte de meios de aquisição de maquinaria nem tão pouco de meios para a construção de albufeiras e outras obras de valorização da agricultura colectiva. Apesar do reconhecido baixo rendi-

mento da propriedade individual pulverizada, houve que mantê-la; mas foram procurados meios de ligar, tanto quanto possível, os agricultores para obra conjunta e de melhores resultados.

Assim, recorreu-se, em primeiro lugar, à **entreaajuda**, procurando reunir vários trabalhadores, donos de terras, em tarefas conjuntas que a um só e aos próprios familiares seriam mais custosas.

Seguidamente procurou-se que fossem criadas **cooperativas de produção** nas quais, sendo mantida inteiramente a propriedade privada, todavia existiam para utilização dos cooperativistas meios de produção tais como gado, alfaías e algumas máquinas que foram sendo adquiridas.

Estas mesmas cooperativas passaram depois ao **arrendamento de terras** que, com a força de trabalho e os meios de produção disponíveis dos seus sócios e da própria cooperativa, iam explorando.

O maior rendimento destas cooperativas entusiasmou muito os camponeses que a elas aderiram e vieram mesmo juntar as suas terras às terras já exploradas pelas cooperativas, segundo contratos para o efeito estudados.

O problema mais grave que estas cooperativas tiveram de enfrentar, como as outras que se lhe seguiram numa fase mais avançada, foi relativo aos **quadros técnicos** para a sua gestão.

Verificou-se então ser mais aconselhável **MANDAR PREPARAR AGRICULTORES POBRES** para essa gestão do que utilizar alguns dos antigos grandes terratenientes, também sócios, eivados de defeitos e vícios antiooperativistas e anti-socialistas.

Houve necessidade de reunir, para obras de interesse comum, todas as cooperativas de uma região, criando **uniões de cooperativas regionais**.

Foi então que se tornou possível o estudo das prioridades no desenvolvimento e, portanto, na aplicação das receitas, em ordem à satisfação das necessidades nacionais. Só então as coisas puderam tomar um certo caminho, verificando-se entre 1955 e 1965 um aumento de produção agrícola de cerca de 31 %.

Novos métodos de cultura puderam ser introduzidos e por exemplo, na **cultura do arroz** houve um aumento de produção por hectare que se cifra nos números seguintes: em 1966 a produção por hectare era de 5000 toneladas, tendo sido de 4 em 1960 e de 3 em 1939.

A evolução foi notável, como se vê no quadro seguinte:

COLECTIVIAÇÃO DA AGRICULTURA DO V. DO NORTE

Ano	Equipas de entreeajuda		Cooperativas de produção	
	N.º	% do total das ex-plorações	N.º	% do total "x"e sep plorações
1955	153 000	40,5	8	—
1956	190 000	50,1	37	0,02
1957	100 900	?	45	0,03
1958	244 400	65,7	4 800	4,74
1959	97 600	37,5	28 800	45,41
1960 (Dez.º)	—	—	40 364	85,00

Fonte: Lê Châu, *Le Vietnam socialiste*, Maspero, Paris, 1966, pg. 185.

Passemos agora a ver o caso de um país considerado tradicionalmente de agricultura pobre que utilizava essencialmente o arado de pau, a mão-de-obra humana através da enxada e, nem sempre, o trabalho animal, a BULGÁRIA, que até à sua revolução socialista com profunda reforma agrária foi considerado um dos países mais atrasados da Europa.

A estrutura era a da pequena propriedade, registando-se 12 000 000 de parcelas com área inferior a meio hectare. Ao mesmo tempo verificava-se uma concentração da propriedade no sentido latifundiário, embora o latifúndio nunca tenha atingido a dimensão do português, cubano ou chileno.

Utilizando **alfaia rudimentares**, quantidades mínimas de adubo (meio quilo por hectare) as produções eram mínimas: trigo 1250 kgs por hectare no período de 1934 a 1939; milho 1170 kgs; a produção do leite não ia além de 450 litros por vaca; a da lã não ia além de quilo e meio por ovelha. A postura das galinhas poedeiras não ia além de 60 a 70 ovos por ano.

O **desemprego** era um cancro permanente, tendo chegado em 1940 a 1 200 000.

Numa situação como esta não foi fácil o triunfo da Reforma Agrária Búlgara.

Houve revoluções e contra-revoluções, incompreensão por parte de muitos, interesses agressivos por parte de outros. Só 16 anos depois de Setembro de 1944 pôde a Reforma Agrária ver alguns dos seus frutos.

O **cooperativismo** foi a estrutura organizativa mas as cooperativas nem sempre dispuseram da terra como propriedade sua. Iniciaram a sua actividade pagando renda e só após 1961, 17 anos depois foi possível suprimir o pagamento da renda, pela integração nas cooperativas dos proprietários das terras arrendadas.

Quando os proprietários começaram a compreender que a vida lhes era muito mais fácil e segura através de cooperativas do que trabalhando isoladamente no seu pequeno agro, operou-se a junção das terras, em grandes unidades que, em 1960, já atingiam, por vezes, quatro mil hectares de terra arável.

A partir deste movimento modificou-se completamente a vida campesina búlgara, vindo a máquina substituir o homem nos trabalhos mais pesados.

Começou, ao mesmo tempo, a eliminar-se a **diferença salarial** entre o campo e a cidade pois que o trabalho do campo exigia já técnicos experimentados para toda a maquinaria, laboratórios e quadros de gestão, tal como qualquer grande unidade industrial.

A criação dessa **organização cooperativa** e, dentro dela, das grandes unidades de produção, veio permitir que as culturas passassem a ser feitas não só em grande escala e com técnicas modernas, mas muito melhor ainda, segundo uma **arrumação** por espécies cultivadas de tal forma que a um lado ficariam os pomares, a outro as vinhas, a um terceiro as culturas anuais e, a um último, as roseiras, dado que a Bulgária se dedica em larga escala à produção de rosas.

Esta **arrumação de culturas** permite um extraordinário abaixamento de custo de produção, não só pela ausência de permanentes deslocações dos trabalhadores e alfaia, de propriedade em propriedade, para operações iguais (acontece em Portugal, quando o mesmo proprietário tem vinhas em vários lugares, oliveiras e hortas dispersas) como ainda pela melhor especialização do pessoal de cada cultura e pela utilização das alfaia mais adequadas para cada área e cultura. Não devemos assim admirar-nos que tais países consigam produzir a um preço muito inferior ao português, cujo sul tem estado mal aproveitado e cujo Norte é uma manta de pequenos retalhos.

Lembre-mo-nos de que cerca de 200 000 hectares de vinha da Bulgária estão integrados ou nas cooperativas agrícolas ou em propriedades do Estado, em parcelas de grandes dimensões, por forma a permitir as desinfecções por meios aéreos, as vindimas com maquinaria, não falando já nas restantes operações, ensaiando-se mesmo a poda mecânica.

NÍVEIS DE PRODUÇÃO (por hectare)

1939 (antes da R. A.)		1962 (depois da R. A.)	
Trigo	1250 kg	3700	kg
Milho	1170 kg	4000	kg
Girassol	970 kg	1700	kg
Beterraba (sacarina)	17 ton.	35	toneladas

PRODUÇÃO DE LÁ

Passou de 1,5 kg por cabeça, para 4 kg

PRODUÇÃO ANUAL DE LEITE (por vaca)

Passou de 450 litros para 2800 litros

Para tamanho desenvolvimento foi necessário multiplicar os regadios. Foram construídas mais de 2000 barragens de rega (algumas também aproveitadas para produção de energia eléctrica) e mais de 2500 estações de bombagem, além de milhares de quilómetros de canais de betão.

A rega por aspersão já em 1970 era feita em área superior a um milhão e cem mil hectares.

Falando em termos comparativos poderemos dizer que no período de 1956 a 1967, portanto, em 11 anos, que não foram ainda os de mais pronunciado desenvolvimento técnico, a produção búlgara aumentou 92 %, ultrapassando a dos restantes países socialistas europeus que foi de 67 % e deixando à distância o aumento dos países da Europa Ocidental que não ultrapassou os 43 %. Isto para não falar nos Estados Unidos que passaram a ficar na cauda apenas com um aumento de 24 %.

Facto importante foi ainda o de se ter feito a **transição do regime capitalista para o regime socialista** e de se ter implantado uma reforma agrária notável sem diminuição do volume da produção agropecuária. Pelo contrário, com extraordinários aumentos.

O facto é tanto mais de sublinhar quanto é certo que a produção em 30 anos aumentou 2 vezes e meia e o número de trabalhadores é 2 vezes menor, o que aproximadamente leva o rendimento social do trabalho a ser 5 vezes mais.

Depois da instalação das grandes granjas **cooperativistas** ou do Estado passou-se à formação de **complexos agro-industriais**, aproximando a indústria da agricultura nos seus métodos de produção e de gestão, não havendo já,

agricultura individual isolada, nem mesmo nas regiões montanhosas (em 1960). Também aqui as cooperativas foram possíveis e funcionam com perfeito rendimento estendendo-se até lá a acção dos complexos agro-pecuários que referimos. Na sua base está a concentração das culturas em blocos de grandes áreas, oscilando entre 1000 e 3000 hectares.

A **criação do gado** é feita em instalações perto dos blocos agrários, por forma a facilitar, tanto quanto possível, a alimentação através da produção agrícola local. É mesmo este o objectivo fundamental de um complexo agro-pecuário.

PRODUÇÃO PECUÁRIA (de 1971 a 1975)

37 complexos industriais — Produção de 500 000 porcos
17 complexos avícolas — Produção de 65 000 000 frangos
18 granjas de galinhas poedeiras — com 3 040 000 galinhas

O mesmo aumento explosivo se verifica quanto ao gado vacum e a outros sectores pecuários.

Com o aumento da produção, foi possível melhorar substancialmente a vida dos camponeses, tendo sido praticamente igualada à dos operários industriais. Foi-lhes atribuído o direito à reforma, seguros sociais e férias idênticas aos da classe operária.

Na BULGÁRIA todos os homens que se tenham dedicado à agricultura durante a sua vida têm direito à reforma quando atingirem os 60 anos e as mulheres aos 55. Existem seguros sociais para os casos de gravidez e parto. Estão estabelecidas férias anuais pagas sob única condição de ter sido trabalhador no ano das férias, em cooperativa ou ao serviço do Estado.

Antes da reforma agrária apenas 4 % dos camponeses iam ao cinema. Hoje, praticamente, toda a população do campo pode assistir regularmente a sessões cinematográficas. Na assistência aos cinemas rurais, a Bulgária ocupa já o 5.º lugar no mundo. Os receptores de rádio e televisão são de uso comum no campo.

A **assistência médica** é perfeita, trabalhando na Bulgária 15 919 médicos, ou seja **um para 538 habitantes**.

Os camponeses, como todos os trabalhadores na Bulgária têm assistência médica absolutamente gratuita, como gratuito é também o internamento hospitalar, tal como os medicamentos gastos durante tal internamento.

Existem creches e jardins de infância para os filhos dos camponeses, para um número de 200 000 crianças.

Facto a registar e do maior interesse — 90 % dos filhos dos trabalhadores cooperativistas e dos operários das propriedades agrícolas do Estado, frequentam hoje o ensino médio, facto este que deve considerar-se dos mais importantes na cultura búlgara após a revolução.

Tudo isto, produto da organizada colectivização, cooperativização, maior quantidade e qualidade de trabalho.

O trabalho é ali a fonte de toda a riqueza e, em consequência, de todo o bem-estar.

Também da ROMÉLIA se dizia que era um país atrasado e pobre e de difícil incremento agrário. A Reforma Agrária, porém, demonstrou que essa fama era a mesma com que o fascismo embalou Portugal durante dezenas de anos.

Hoje a Roménia produz vinhos de alta qualidade, possui grandes complexos modernissimamente equipados de vinificação, cria gados em granjas colectivas e aumentou a sua exportação desde 1960 a 1973 na produção de 4302 para 18 575 leis (leis é a divisa unitária romena).

Vejamos no quadro seguinte o aumento extraordinário de produção nos 15 anos que decorreram de 1950 a 1975:

PRODUÇÃO VEGETAL E ANIMAL

		1950	1974	1975 (plano)
Produção vegetal				
Cereais em grão ...	mil ton.	5149,2	13 253	20 000
dos quais:				
— trigo e centeio	» »	2219,1	5 007	6 930
— milho	» »	2101,0	7 159	11 450
Girassol	» »	213,6	671	1 062
Beterraba açuca- reira	» »	582,2	5 000	8 560
Batatas	» »	1601,3	3 560	4 550
Legumes	» »	1126,5	2 725	4 045
Frutas	» »	401,1	999	1 900
Uvas	» »	647,8	11 048	1 635
Produção animal				
	unid. (mil)			
	mil ton.			
Carne	(antes do abate)	644	1 934 (*)	2 113
Leite	mil hl.	2 930	43 683 (*)	51 925
Lã	toneladas	15 600	31 037 (*)	36 431
Ovos	milhares	1 100	4 655 (*)	5 347

No que respeita à assistência médica, de 5531 dispensários sanitários de medicina geral para adultos e crianças, de escola e de empresa, 2978 pertencem ao meio rural. Mais de metade dos medicamentos utilizados são gratuitos e a outra metade a baixo preço.

De entre 4043 consultórios de estomatologia, 1333 estão localizados no campo. Mercê da assistência médica e medicamentosa a mortalidade infantil foi reduzida para um sexto.

A média de longevidade que em 1948 andava pelos 42 anos, passou em 1974 para os 69.

Na HUNGRIA, a Reforma Agrária, como é normal e como acontece em todos os países na luta anticapitalista, precedida de combates ideológicos, lutas entre os partidos que efectivamente desejavam a reforma agrária, os que não a desejavam e os que apenas nela falavam como ponto programático, mas sem acção realizadora, etc. Foram os trabalhadores que realizaram a reforma agrária, segundo métodos pouco a pouco estabelecidos, procurando evitar a queda da produção.

Logo se aperceberam que era indispensável a nacionalização das grandes propriedades e a manutenção das pequenas. Inicialmente conservaram-se as propriedades que não empregassem mais de certo número de trabalhadores. Mais tarde estas próprias vieram a ser integradas na propriedade social dado que os seus detentores verificaram nisso terem vantagem.

Do ponto de vista político, a inexistência dos latifundiários logo se revelou como vitória pois conduziu ao desaparecimento de uma classe social que emperrava todo o processo de evolução agrária. Não apenas agrária mais política e social. É evidente que a nacionalização da propriedade rústica latifundiária teve de ser acompanhada da nacionalização da banca e das grandes indústrias, dado que umas se complementam às outras. Só num amplo plano de nacionalizações teria sido possível a realização das três tarefas fundamentais que o povo húngaro se propôs: industrialização do país, reforma agrária e revolução cultural.

O sector socialista estatal e cooperativo tomaram grande desenvolvimento e já em 1960 a produção de qualquer dos dois duplicava a do sector privado. Dez anos depois da revolução, o sector socialista produzia 97,1 do rendimento nacional. A agricultura foi largamente mecanizada e por tal forma que em 1960 ainda trabalhavam na terra 41 % da população activa. Mas em 1970 o trabalho da terra só necessitava de 29 %.

O sector industrial, muito carente de força de trabalho, aproveitou todo o excedente que o sector agrícola lhe fornecia e continuou ainda com alguma necessidade de mão-de-obra.

Para o desenvolvimento do sector agrícola foram necessários milhares de técnicos e assim se vê que o Instituto Superior de Agronomia passa a ser largamente frequentado, diplomando os seguintes:

Em 1930, 8658, número que aproximadamente se manteve até 1949. Em 1960 diplomou 14 269 agrónomos e, dez anos depois, 35 400. Também os cursos superiores de economia, indispensáveis para a gestão empresarial, estatal e cooperativa, tendo diplomado em 1930 apenas 3209, poucos mais diplomou em 1949. Mas 11 anos mais tarde, isto é, em 1960, diplomava 11 555. Em 1970 19 600.

Também tem interesse verificar no quadro seguinte o desenvolvimento habitacional no campo, em posição comparada com o da cidade.

Ano	Em Buda- peste	Noutras cidades	Nas aldeias	Total	N.º de aparta- mentos construí- dos por cada 100 hab.
1950-1952				103 098	
1961					
1965	50 821	93 082	138 453	283 356	5,6
1966					
1970	58 938	117 502	150 990	327 430	6,4
1971	11 704	28 848	34 750	75 302	7,3

Demos agora a produção total da agricultura, segundo os sectores nela envolvidos (em percentagem %).

Produção da agricultura	1950	1960	1965	1970
Sector estatal	7,3	13,4	15,3	15,4
Sector cooperativo	—	52,3	72,6	72,5
Deste: quintas comuns das cooperativas agrícolas e lo- tes familiares	4,2	52	68,6	68,2
Propriedades individuais	88,5	34,3	12,1	12,1
Total . . .	100	100	100	100

Na ALEMANHA ORIENTAL a Reforma Agrária foi feita exclusivamente por acção apartidária das classes trabalhadoras, não só do campo, mas também da cidade. Foi uma reforma que a todos interessou e envolveu. Muitos pastores progressistas e vários dignitários das igrejas cristãs a apoiaram e nela trabalharam.

Da guerra tinha derivado uma situação propícia ao desenvolvimento da reforma porque os 4142 criminosos de guerra foram condenados a perder os seus bens em favor das classes trabalhadoras. A par destes havia 7736 grandes proprietários chefes nazis que se tinham comprometido com os primeiros. As terras de uns e de outros num total de 3 298 082 hectares passaram, por distribuição, para 559 089 operários agrícolas, camponeses sem terra e camponeses pobres, pessoas desempregadas e pequenos rendeiros.

As distribuições que se fizeram pelos camponeses eram pagas, oscilando o preço entre 200 e 290 marcos por hectare com prazo de pagamento de 10 a 20 anos.

Tudo isto decorreu em ambiente assaz difícil porque os reaccionários não desarmavam.

A sabotagem, as ameaças aos camponeses que tinham recebido terras pelas distribuições feitas, os fogos e os assaltos às entidades progressistas, foram durante longo período moeda corrente. Mas os trabalhadores unidos, afastadas todas as divergências partidárias ou de credos, conseguiram vencer.

Pela dificuldade, no entanto, da vitória, tiveram de ser seguidos caminhos diversos dos de outros países.

A guerra tinha deixado o povo alemão em absoluta penúria, sem meios de compra de alfaías ou adubos, vivendo exclusivamente de uma agricultura que se fazia, escusado será dizê-lo, nos intervalos dos combates e entre os escombros da guerra.

Assim era inútil a criação de grandes unidades de produção que exigissem maquinaria pesada.

Foi mais aconselhável e fácil a divisão do solo em pequenas parcelas para exploração individual por forma a que cada camponês pudesse, no mínimo, obter os meios de sustento indispensáveis.

A Reforma nesta fase resumiu-se no seguinte:

- maior produção de produtos agrícolas a fim de cobrir necessidades mais urgentes da população;
- auxílio financeiro e material aos camponeses, que tivessem acabado de criar uma pequena exploração, a fim de que as pequenas empresas se tornassem rentáveis o mais depressa possível;

- a formação de **postos de empréstimos de máquinas**;
- a adopção de **medidas económicas e políticas tendentes à democratização da aldeia** e ao reforço da aliança entre a classe operária e os camponeses trabalhadores, base política da democracia antifascista.

Em fase seguinte, deu-se desenvolvimento às **cooperativas**, as quais se dividiam em três grupos.

Nessas cooperativas foram substituídos, ao nível da gestão, todos os elementos da antiga estrutura fascista, para o que os camponeses foram rapidamente instruídos através de cursos de preparação intensiva.

Outro ponto do maior interesse era a comercialização inicialmente feita em moldes inteiramente capitalistas. Porque se registavam certos abusos de explorações que constituíam restos ainda do antigo regime, o Estado acabou por nacionalizar todo o comércio.

Foram criados **postos de aluguer de máquinas agrícolas**, utensilagem e gado de trabalho.

Em 1960 já quase um milhão de camponeses estava agrupado em 19 260 cooperativas, explorando uma superfície total de 5 420 800 hectares, a qual correspondia aproximadamente a 85 % da superfície agrícola útil da República Democrática Alemã.

Os pequenos e médios proprietários foram mantidos e apenas passaram a integrar-se nas cooperativas quando de sua vontade o desejaram.

Também no sector privado se manteve a quase totalidade do comércio de retalho e a exploração de hotéis e restaurantes desde que explorados pelos próprios e seus familiares e um pequeno número de empregados. Isto significa que o Estado chamou a si o **comércio grossista**, segundo vários tipos de contrato de fornecimento aos retalhistas como intermediários e aos próprios consumidores ou estabelecimentos de consumo como os referidos hotéis e restaurantes.

Foi na RÚSSIA que se verificou o **primeiro movimento socialista** com um programa da Reforma Agrária, tendente à criação progressiva da propriedade colectiva, tendo, todavia sido mantida a propriedade individual dos pequenos e médios proprietários, e até de proprietários ricos, os **Kulaks**, na medida em que estes interessavam à economia geral do país. Gradualmente foi-se verificando a extinção dos Kulaks e da pequena e média propriedade, principalmente porque os seus detentores verificaram maior van-

tagem da sua integração nas cooperativas, quanto a regalias que estas já concediam e que eles individualmente não tinham.

Tal como em toda a parte e mormente na União Soviética, por falta de experiência, não foi fácil a Revolução e em consequência a própria Reforma Agrária. Os latifundiários desenvolveram várias acções contra-revolucionárias, houve intervenção armada do estrangeiro e o apaziguamento só foi possível muito mais tarde.

Os problemas que surgiram diziam respeito fundamentalmente ao seguinte: Formação de quadros para a gestão e decisão; formação de quadros técnicos; determinação da extensão de explorações agrícolas; definição da contribuição das cooperativas para as despesas gerais do Estado; se essa contribuição deveria ser em géneros, como ainda foi durante algum tempo, se em moeda; determinação da parte comerciável dos géneros produzidos pelas cooperativas e da parte reservada para a manutenção dos trabalhadores nelas associados, tendo em vista as necessidades que não poderiam ser satisfeitas directamente pelos produtos da própria cooperativa.

Outro problema surgiu ainda, o da **estatização das propriedades colectivas** ou a sua conservação em poder dos próprios trabalhadores cooperativizados.

Independentemente de uma ou de outra orientação, o Estado estabeleceu inicialmente **estações de máquinas e tractores** para servir todas as cooperativas, que não tinham posses para adquiri-los; máquinas essas que vieram a ser integradas nas próprias cooperativas, tempos depois.

EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE ENERGÉTICA DA AGRICULTURA DA U. R. S. S.

Capacidade energética	1916	1940	1950	1960	1968
Aplicação total (milhões de HP)	23,9	47,5	62,3	155,9	283,9
Idem, por pessoa ocupada	0,5	1,5	1,7	5,4	9,4
Idem, por 100 ha semeados	20,0	32,0	47,0	74,0	122,0

Fonte: Matskevich, V. — Development of Agriculture of the U.R.S.S. (1970, cit por A. J. Oliveira in Relatório Duma Missão de Estudo (1970).

Quanto à **capacidade energética**, a aplicação total da energia na agricultura desde 1916, portanto antes da revolução e do início da Reforma Agrária até 1968, multiplicou-se quase **12 vezes**. Quase duplicou de 1960 a 1968 e desde 1950 a 1968, portanto em 18 anos, multiplicou-se quase 5 vezes.

Do **crescimento anual médio**, comparado com o dos Estados Unidos, Inglaterra e França, fala por si o quadro que se segue e se refere a 1950-1962:

CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO (%) DE VÁRIOS PAISES

	U.R.S.S.	E.U.A.	Inglaterra	França
Prod. Industrial	11,3	3,9	3,1	5,9
Prod. Agrícola	5,5	1,7	—	—
Rendimento Nacional	9,6	3,2	2,1	4,4
Produtividade do trabalho industrial ...	7,7	3,6	2,9	6,9

Fonte: Sorokine, G. — *La Planification de l'Economie Nationale de l'U. R. S. S.*, Essais et Documents, 1967, pg. 511.

É claro que tudo aquilo na União Soviética foi conseguido à custa de um aumento intensivo de investimentos de capital na agricultura, podendo indicar-se os seguintes números: de 1929 a 1932 o investimento foi de 280 000 000 de novos rublos. De 1946 a 1950 foi de um bilião cento e vinte milhões. Em 1964 foi de 8 730 000 000.

Podemos concluir que a Reforma Agrária representou na União Soviética uma posição central para a qual teria de concorrer inevitavelmente toda a economia, pois dela por sua vez dependia toda a economia. E neste particular a Banca concorreu de uma forma decisiva para o aumento da produção e o consumo visivelmente elevado de produtos alimentares.

Os traços comuns de todas estas reformas agrárias são: extinção do latifúndio; ajuda aos pequenos e médios proprietários; aproveitamento de terrenos incultos; melhor aproveitamento dos terrenos subaproveitados; protecção na doença; férias; meios de cultura; estudos assegurados para os seus filhos segundo as suas aptidões e inclinações. Numa palavra, melhoria do nível de vida dos trabalhadores do campo.

4. REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL: MODIFICAR AS ESTRUTURAS

No caso português, além da **extinção dos latifúndios**, impõe-se a **criação de cooperativas de produção, comercialização e consumo** para uma cobertura nacional.

Tais cooperativas devem ser assistidas por laboratórios; institutos de observação e informação climática e meteorológica; estabelecimentos de investigação agrária virados para a prática agrícola imediata e para as necessárias reconversões futuras, modernizações e melhoramentos.

Devem ser criados **cursos de preparação acelerada** para a gestão das cooperativas e para técnicos agrários; para a reciclagem dos técnicos actuais; para a preparação acelerada dos trabalhadores agrícolas.

Deve ser feito o **estudo pormenorizado dos solos** em cada região e localidade com vista à escolha das culturas para que se revelem mais aptos e fornecimento imediato de dados aos agricultores.

Estudo das necessidades da população e planificação da agricultura com vista à satisfação dessas necessidades.

Com isto, no essencial, Portugal poderá ser, pela Reforma Agrária, um país rico.

Viva a Reforma Agrária.

COMPOSTO E IMPRESSO POR MIRANDELA & C.
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7 — LISBOA — EM 13-11-75